

Autor: Goes

Educação e emancipação social: sobre a fenomenologia da pobreza em Portugal e na RAM



Diogo Goes

<https://orcid.org/0000-0003-1996-9789>

Professor Assistente com vínculo integral no ISAL. Editor-chefe d'A Pátria – Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa

Resumo:

Recentes estudos internacionais têm vindo a confirmar os impactos da pobreza no desenvolvimento social infantojuvenil. A falta de estímulos cognitivos, a não inserção no grupo/comunidade, a não frequência do ensino pré-escolar ou das atividades extracurriculares e não letivas, são alguns dos exemplos que podem determinar o desenvolvimento intelectual e cognitivo das crianças e jovens. Este artigo pretende verificar o impacto da pobreza na efetivação do livre acesso à Educação, nomeadamente, nas aprendizagens e no desenvolvimento social das crianças e jovens na Região Autónoma da Madeira. Do ponto de vista teórico-metodológico, tendo por base o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (INE, 2018-2021), realiza-se uma análise comparativa entre a realidade socioeducativa regional e a nacional. Neste artigo procura-se mensurar os impactos da pobreza e exclusão social no insucesso e abandono escolar, relacionando vários indicadores estatísticos do período 2016-2020. O abandono escolar precoce, a falta de literacia e de qualificação profissional, a desigualdade de género ou entre grupos sociais e étnico-culturais são algumas das causas e consequências subjacentes à fenomenologia da pobreza e da exclusão social, que a crise pandémica poderá ter vindo agravar. Concluiu-se que, a implementação de políticas educativas equitativas e inclusivas, a par da adoção de novas práticas pedagógicas, podem assegurar o sucesso nas aprendizagens, possibilitando a emancipação social das crianças e jovens. O combate à pobreza terá de passar, necessariamente, pelo reforço dos apoios sociais, associados à capacitação e valorização do potencial humano. O desenvolvimento de ações integradas, de prevenção e mitigação dos riscos, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, é um dever, não apenas do decisor público, como também, dos agentes económicos, da sociedade civil e de todos os cidadãos.

Palavras-chave: Educação; Pobreza; Desigualdade Social; Inclusão Social; Pedagogia

Abstract:

Recent international studies have confirmed the impacts of poverty on children's social development. The lack of cognitive stimulation, non-integration in the group/community, non-attendance of preschool education or extracurricular and non-teaching activities are some of the examples that can determine the intellectual and cognitive development of children and young people. This article aims to verify the impact of poverty on the realization of free access to Education, namely, on learning and social development of children and young people in the Autonomous Region of Madeira. From a theoretical-methodological point of view, based on the Survey on Living Conditions and Income (INE, 2018-2021), a comparative analysis is carried out between the regional and national socio-educational reality. This article seeks to measure the impacts of poverty and social exclusion on school failure and dropout, relating various statistical indicators for the period 2016-2020. Early school leaving, lack of literacy and professional qualification, gender inequality or inequality between social and ethnic-cultural groups are some of the underlying causes and consequences of the phenomenology of poverty and social exclusion, which the pandemic crisis may have worsened. . It was concluded that the implementation of equitable and inclusive educational policies, along with the adoption of new pedagogical practices, can ensure success in learning, enabling the social emancipation of children and young people. The fight against poverty will necessarily have to go through the reinforcement of social support, associated with training and appreciation of human potential. The development of integrated actions for the prevention and mitigation of risks, in line with the sustainable development objectives of the United Nations 2030 Agenda, is a duty, not only of public decision-makers, but also of economic agents, civil society and all citizens.

Keywords: Education; Poverty; Social inequality; Social inclusion; Pedagogy

1. Introdução:

Face ao atual contexto pandémico, às convulsões geopolíticas, urge repensar a Educação, nomeadamente o sistema educativo, os conteúdos programáticos e os modelos de aprendizagem, tendo em conta a imperiosa necessidade transformar o atual modelo de desenvolvimento económico, social e humano, efetivando os direitos humanos, a inclusão e a emancipação social. Recentes estudos têm vindo a confirmar os impactos da pobreza no desenvolvimento social infantojuvenil. A falta de estímulos cognitivos, a não inserção no grupo/comunidade, a não frequência do ensino pré-escolar ou a não frequência das atividades extracurriculares e não letivas, são alguns dos exemplos que podem determinar o desenvolvimento intelectual e cognitivo das crianças e jovens. Este artigo pretende verificar o impacto da pobreza na efetivação do livre acesso à Educação, nomeadamente, nas aprendizagens e no desenvolvimento social das crianças e jovens na Região Autónoma da Madeira.

Este estudo tem por base uma resenha, mais aprofundada, a três recentes artigos: “*A Escola bateu à porta de nossas casas sem aviso, mas respondemos, acolhendo-a*” (Goes, 2020, In *Jornal Económico*), “*O Combate à pobreza: uma questão de justiça social e liberdade*” (Goes, janeiro de 2022, In *Saber Madeira*) e “*A Educação não pode ser um luxo de uma elite*” (Goes, março de 2022, In *Saber Madeira*). Do ponto de vista teórico-metodológico, procurou-se responder às duas seguintes questões: De que forma o combate à pobreza pode contribuir para o sucesso escolar? De que forma a Educação pode constituir um instrumento de emancipação social?

Para a análise pretendida, foram tomados em consideração os dados recolhidos no *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* (INE, 2018-2021), tendo sido realizada uma análise comparada às realidades socioeducativas regional e a nacional. Neste artigo procurou-se mensurar os impactos da pobreza e exclusão social no insucesso e abandono escolar, relacionando vários indicadores estatísticos do período 2016-2020. Procedeu-se a uma revisão bibliográfica à literatura científica publicada na última década, da autoria de Bocchi (2021), Duncan *et al.* (2010), Engel de Abreu *et al.* (2015), Hair, *et al.* (2015), Noble *et al.* (2021), Pac, *et al.* (2017), Pollak & Wolfe (2020), Troller-Renfree *et al.* (2022), entre outros, com especial relevância para os domínios em estudo. Valorizou-se o aprofundamento das práticas pedagógicas inovadoras, nomeadamente nos países de língua oficial portuguesa, como exemplo de boas práticas, em projetos de capacitação e emancipação social através da Educação.

1.1 O combate à pobreza: uma questão de justiça social e liberdade

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – ICOR (INE, 2021b), referindo-se aos rendimentos de 2020, indica que, em 2021, 22,4% das pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza ou exclusão social, mais 2,4 pontos percentuais do que no ano anterior, 20%, em 2020 (INE, 2021b). De acordo com o *Poverty Watch Portugal 2021* os números da pobreza indicam uma evolução tendencial decrescente, desde a crise económica e financeira, registando-se 31% de pobreza em 2011 (EAPN Portugal, 2021). Passada

uma década, Portugal, apesar de registar uma elevada percentagem na taxa de risco de pobreza ou exclusão social, tem vindo a prosseguir com uma substancial diminuição desta taxa, fixando 23,3% em 2017, 21,6% em 2018, 21,1% em 2019 e 20% em 2020 (INE, 2021b). Ao invés, a Região Autónoma da Madeira tem vindo a aumentar, sucessivamente, as já elevadas taxas de risco de pobreza ou exclusão, 27,4% (2017), 31,9% (2018), 32% (2019) até 32,8% (2020) (INE, EU-SILC, 2021b), registando-se em 2021 uma ligeira inversão (28,9%), tendo em conta as alterações metodológicas relativas ao cálculo com base na linha de referência.

Não obstante dos dados do ICOR (INE, 2021b) serem referente aos rendimentos do ano anterior, conjugados com os dados do ano de realização do inquérito (taxa de risco de pobreza após transferências sociais e Intensidade laboral per capita, taxa de privação material severa), verificamos que, apesar da Madeira registar uma diminuição da taxa de pobreza e exclusão social no atual contexto pandémico (2021), em contraste com os números globais de Portugal, a RAM tornou-se em 2021, a Região com a mais elevada taxa de pobreza e exclusão (28,9%), relegando os Açores para o segundo pior lugar (27,7%, em 2021). De referir que, durante sucessivos anos, os Açores foi a região do país que registou as mais elevadas taxas de pobreza e exclusão social, tendo a RAM registado sucessivamente o segundo pior resultado.

De 2020 para 2021 (ano dos inquéritos) os Açores diminuíram 5,6 pontos percentuais na taxa de pobreza e exclusão social (27,7%), ao invés da Madeira, que decresceu apenas 3,9%, perfazendo o valor de 28,9%. Atendendo ao agravamento provocado pela situação pandémica, os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que a Madeira é região do país que registou em 2021, as mais elevadas taxas de risco de pobreza ou exclusão (28,9%) e de privação material severa (8,9%) (INE, 2021b). E, simultaneamente é, desde há vários anos, a segunda região do país que demonstra maior desigualdade na distribuição de rendimentos.

Verificamos que, ao longo dos últimos anos, a RAM distanciou-se mais de dez pontos percentuais em relação às médias nacionais nas taxas consideradas neste estudo (Figuras 2 e 3), revelando a ausência de uma efetiva estratégia de combate à pobreza. Em 2020 e 2021, o diferencial foi reduzido para cerca de seis pontos percentuais, na taxa de pobreza (5,8%) e na taxa de pobreza e exclusão social (6,5%). Provavelmente, a manutenção do empobrecimento estrutural da população madeirense e a não criação de mecanismos efetivos de emancipação social têm por objetivo assegurar a hegemonia política vigente e os mecanismos de controlo dos mais frágeis e desprivilegiados da nossa sociedade.

No ano de 2021, em Portugal, de acordo com os dados do INE e do Banco de Portugal, no segundo trimestre houve um aumento do rendimento médio mensal líquido +6.1% e do rendimento disponível dos particulares (+4.9%), além do aumento das remunerações do trabalho (+8.9%), face ao período homólogo (EAPN Portugal, 2021). Também se registou um crescimento da taxa de empregabilidade em Portugal (+4,7%), que foi acompanhado pelo crescimento da economia (o PIB teve uma variação positiva, de +3.6%), quando comparado com o período homólogo (EAPN Portugal, 2021). Contudo, a taxa de risco de pobreza e exclusão, mantém-se acima da média europeia (19,8%).

Os resultados económicos positivos, demonstrados por estes indicadores, associados às políticas de

proteção social, terão contribuído para a mitigação do impacto da pandemia no plano social. Contudo, é essencial o reforço das políticas sociais e educativas, de modo a garantir a prossecução do caminho para a mitigação das desigualdades sociais e para a eliminação da pobreza.

O abandono escolar precoce, a falta de literacia, a desigualdade de género, são alguns dos fatores apontados para a fenomenologia da pobreza. A promoção de “serviços públicos de qualidade, gratuitos e acessíveis a todos” (EAPN Portugal, 2021), a formação contínua dos grupos vulneráveis e dos profissionais dos setores sociais, salários dignos, a par do aumento dos apoios sociais, deverão fazer parte de uma resposta integrada, pela qual todos somos responsáveis.

A erradicação da pobreza, garantindo que *“todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais”*, é o objetivo 1 da Agenda 2030 das Nações Unidas (INE, 2021c). Até 2030, apontou-se como outro dos objetivos de desenvolvimento: *“garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”* – Objetivo 4 (INE, 2021c).

2. Revisão bibliográfica:

2.1 O impacto da pobreza nas aprendizagens e no desenvolvimento infantojuvenil

Recentes estudos internacionais têm vindo a confirmar as relações existentes entre a pobreza, a falta de estímulos cognitivos, as dificuldades na aprendizagem e o seu carácter transnacional. Uma investigação publicada no *“Proceedings of National Academy of Sciences”*, relativa à sociedade norte-americana, destaca que, *“a dotação de rendimento mensal a uma família com baixos rendimentos pode ter um impacto positivo na atividade cerebral infantil”* (Troller-Renfree et al., 2022).

Nessa investigação procurou demonstrar-se que, os bebés em contexto familiar com baixos rendimentos *“apresentam uma atividade cerebral distinta daquela registada em bebés que crescem em agregados com maior disponibilidade financeira”* (Troller-Renfree et al., 2022) e que, *“tais mudanças refletem neuroplasticidade e adaptação ambiental e exibem um padrão que tem sido associado ao desenvolvimento de habilidades cognitivas subsequentes”* (Troller-Renfree et al., 2022). Anteriores estudos já refletiam essas preocupações (Bocchi, 2021; Engel de Abreu et al., 2015; Hair, et al., 2015; Pac, et al., 2017; Pollak & Wolfe, 2020).

A investigadora Roberta Bocchi – Doutora em Educação na área das políticas públicas e Especialista em

Neurociência – destacava no seu artigo *“O efeito da pobreza social no cérebro”* (2021), que, *“as crianças expostas a ambientes pobres em estímulos cognitivos e inseridas em condições de vulnerabilidade, apresentam desenvolvimento mental abaixo da média esperada para a sua faixa etária”*. A autora debruçou a sua análise a partir dos estudos relativos à realidade socioeducativa brasileira *“A Pobreza e a Mente: Perspectiva da Ciência Cognitiva”* (Engel de Abreu et al., 2015) e o *“Relatório Económico OCDE Brasil”* (OECD, 2018). De acordo com a OECD (2018), citada por Bocchi (2021), *“uma criança brasileira exposta ao ambiente de pobreza infantil precisaria viver nove gerações para atingir uma renda financeira considerada média”*.

A propósito da realidade brasileira, o relatório da OECD (2018), citado por [Bocchi \(2021\)](#), salienta “papel importante” que a Educação tem na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza, destacando que, o rendimento das famílias está relacionado com a frequência do ensino pré-escolar Bocchi (2021). Revelando que, cerca de 70% das crianças brasileiras mais pobres não têm acesso ao ensino pré-escolar ou são as que menos frequentam este nível de ensino (OECD, 2018, citado por Bocchi, 2021). A autora relaciona a pobreza com o insucesso escolar, destacando que, no ensino obrigatório, são as crianças de meios socioeconómicos mais desfavorecidos que obtêm os piores resultados escolares (Bocchi, 2021).

Em 2021, Portugal confrontava-se com o facto de 10,7% das crianças (